



## EDUCAÇÃO ESPECIAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO ESTADO DE GOIÁS

### SPECIAL EDUCATION AND REGIONAL DEVELOPMENT IN THE STATE OF GOIÁS

Nara Keilly de Camargo e Silva<sup>1</sup>

#### RESUMO

Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa sobre a relevância da Educação Inclusiva para o desenvolvimento regional no Estado de Goiás, enfatizando a importância da formação adequada de professores para a promoção da inclusão social por meio da educação. Traz reflexões sobre o acesso e as políticas públicas que reverberam na participação e o aprendizado dos estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades. É notório que a Educação Inclusiva desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade justa. Analisa o processo de formação continuada de professores na perspectiva do atendimento dos educandos com deficiências no processo de interação social e dificuldades de aprendizagem. A metodologia de pesquisa utilizada para produção dessas reflexões é a bibliográfica e documental de cunho exploratório. Os resultados parciais indicam que a Educação Inclusiva não apenas proporciona oportunidades educacionais mais justas e equitativas, mas também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento regional. Através da promoção da inclusão social, fortalecimento da identidade cultural e valorização das potencialidades de cada aluno, a Educação Inclusiva contribui para um ambiente mais favorável ao desenvolvimento econômico da região.

**Palavras-chave:** educação; inclusão social; desenvolvimento regional; formação de professores.

#### ABSTRACT

This work presents partial results of research on the relevance of inclusive education for regional development in the State of Goiás, emphasizing the importance of adequate teacher training to promote social inclusion through education. It brings reflections on access and public policies that impact student participation and learning, regardless of their differences and needs. It is clear that Inclusive Education plays a

<sup>1</sup>Mestranda em Desenvolvimento Regional. Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Goiás. Brasil. E-mail: narakcamargo@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9436-2030>

fundamental role in building a fair society. Analyzes the process of continuing teacher training from the perspective of serving students with deficiencies in the process of social interaction and learning difficulties. The research methodology used to produce these reflections is bibliographic and documentary with an exploratory nature. The partial results indicate that Inclusive Education not only provides fairer and more equitable educational opportunities, but also plays a fundamental role in regional development. By promoting social inclusion, strengthening cultural identity and valuing the potential of each student, Inclusive Education contributes to a more favorable environment for the economic development of the region.

**Keywords:** education; social inclusion; regional development; teacher training.

**Resumo Expandido recebido em:** 03/02/2024

**Resumo Expandido aprovado em:** 17/03/2025

**Resumo Expandido publicado em:** 19/03/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/redes.v2ianais.5296>

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto das pessoas com deficiência, diversas manifestações internacionais têm reforçado a necessidade de promover a inclusão social, garantir direitos e oportunidades, bem como minimizar a discriminação e as barreiras que ainda existem. A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, proclamada em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU), traz o reconhecimento e a importância de garantir a plena participação e inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

A Declaração de Salamanca (1994) possibilitou o debate sobre direitos fundamentais da educação inclusiva e reforçou a importância de fornecer educação para todas as crianças, independentemente de suas condições físicas ou mentais, e enfatizou a necessidade de uma escola inclusiva para todos.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2006, durante o lançamento da Estratégia Mundial para a Deficiência promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2014. Essa convenção estabelece ações voltadas para acessibilidade, igualdade de oportunidades, direitos civis, políticos, culturais e sociais. Reforça, assim, a importância de construir sociedades inclusivas e acessíveis.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em 2015 pela ONU, apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são um apelo universal para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030. A Agenda 2030 também inclui a promoção da inclusão social como um dos princípios fundamentais, buscando assegurar que todas as pessoas, incluindo as com deficiência, tenham igualdade de oportunidades e acesso aos recursos necessários para uma vida digna e plena.

Na América Latina, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, adotada em 1999 pela Organização dos Estados Americanos (OEA), representa um compromisso regional em eliminar a discriminação e promover a inclusão das pessoas com deficiência. Essa convenção reforça a necessidade de adotar medidas para garantir a igualdade de oportunidades, o pleno desenvolvimento e a participação efetiva das pessoas com deficiência na sociedade.

Essas manifestações internacionais são fundamentais para impulsionar políticas e ações em âmbito global e nacional, visando à inclusão social das pessoas com deficiência. Ao promover o respeito aos direitos humanos, a igualdade de oportunidades e a acessibilidade, essas declarações e convenções contribuem para criar sociedades mais justas, solidárias e inclusivas, em que todas as pessoas podem participar plenamente e contribuir para o desenvolvimento coletivo.

O objetivo deste trabalho é analisar o cenário da Educação Inclusiva no Estado de Goiás, com foco na formação de professores e sua influência no desenvolvimento regional e na inclusão social. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: investigar o contexto histórico e legislativo da Educação Inclusiva no Brasil e em Goiás, identificando as principais políticas públicas implementadas nessa área; analisar os desafios e avanços da Educação Inclusiva em Goiás, considerando as perspectivas dos professores, gestores escolares e comunidade acadêmica; discutir a qualidade e a efetividade da formação de professores para a Educação Inclusiva em Goiás, identificando lacunas e possibilidades de aprimoramento e investigar os impactos sociais e econômicos da Educação Inclusiva no desenvolvimento regional de Goiás, levando em conta indicadores de equidade e acesso à educação.

Quanto às técnicas e procedimentos utilizados, a pesquisa utiliza técnicas como a revisão sistemática da literatura, análise de documentos e políticas educacionais específicas de Goiás, bem como a consulta a fontes bibliográficas especializadas sobre formação de professores da educação especial. Essas técnicas e procedimentos permitem a coleta de informações relevantes para compreender os desafios e perspectivas da formação continuada nessa área.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

Com o propósito de embasar, em um contexto que integre desenvolvimento regional e inclusão, utilizamos como base os dados quantitativos e uma análise exploratória documental. Para o método de coleta de informações e estruturação da escrita e reflexão, objeto deste estudo, seguimos o seguinte roteiro.

Realizamos leituras sistemáticas e analíticas dos documentos emitidos nas Conferências Mundiais, legislação, resoluções, pareceres, planos de educação, artigos, livros, entre outros documentos. Destacamos a importância desses registros na construção desta reflexão, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006); Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Decreto nº 7.612/2011); Resolução CNE/CEB nº 2/2001; Plano Estadual de Educação de Goiás (2015-2025).

Analisamos os dados levantados na base teórica, considerando as possibilidades e desafios da "Educação Especial e o Desenvolvimento Regional no Estado de Goiás". Discutimos os documentos levantados e as possibilidades apresentadas por alguns autores que abordam o processo de inclusão e educação no Brasil e no Mundo. Publicamos análises parciais sobre a temática em questão.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação de professores com foco na Educação Especial no Estado de Goiás é um tema importante para o desenvolvimento da educação inclusiva e para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades especiais.

No Brasil, a formação continuada de professores é um processo contínuo e que visa aperfeiçoar os conhecimentos, habilidades e competências dos profissionais da educação. No contexto da Educação Inclusiva, a formação continuada é especialmente relevante, pois os professores precisam estar preparados para atender às demandas de uma sala de aula diversificada, que inclui alunos com deficiências, transtornos de aprendizagem e outras necessidades educacionais especiais.

No Estado de Goiás existem iniciativas e programas voltados para a formação continuada de professores da Educação Inclusiva. As ações são promovidas pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUCE) e pelas Universidades públicas e privadas do Estado.

O Programa de Formação em Educação Inclusiva da SEDUCE oferece cursos, oficinas e outras atividades de capacitação para os professores da rede estadual de ensino. Esse programa tem como objetivo promover a reflexão sobre práticas pedagógicas inclusivas e fornece recursos e estratégias para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais.

De acordo com o Censo Escolar de 2020, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil tinha mais de 1,3 milhão de matrículas de estudantes com deficiência na educação básica. Esse número representa um aumento em relação aos anos anteriores e mostra um avanço na inclusão desses alunos nas escolas regulares.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi instituída em 2008, tendo como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na educação básica. Ela reforça a importância da formação continuada dos professores para a promoção da educação inclusiva.

A formação continuada de professores para a educação inclusiva é uma necessidade reconhecida no Brasil. Dados do Censo Escolar de 2020 indicam que apenas cerca de 35% dos professores da educação básica tinham recebido alguma formação específica em educação especial ou inclusiva. Isso evidencia a importância de investimentos e políticas públicas voltadas para a capacitação dos educadores nessa área.

Perrenoud (2002), educador e pesquisador suíço, conhecido por seus estudos sobre formação de professores, discute a importância da formação continuada para o desenvolvimento profissional dos professores e destaca a necessidade de um trabalho reflexivo e colaborativo no contexto da educação inclusiva.

“Formar-se, eis o desafio de uma sociedade que se interroga sobre o seu futuro. Formar-se para enfrentar, na escola e fora dela, novas situações de trabalho, cada vez mais complexas” (Perrenoud, 2002).

A formação continuada dos professores da educação especial é fundamental para promover a inclusão escolar efetiva e garantir o pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência. Philippe Perrenoud ressalta a importância desse processo, afirmando que formar-se é um desafio da sociedade contemporânea, que busca preparar os profissionais para lidar com situações de trabalho cada vez mais complexas (Perrenoud, 2002).

Nesse contexto, Martins (2010) destaca que a formação continuada dos professores da educação especial deve ser entendida como um processo de construção coletiva, que envolve reflexão sobre a prática, investigação e compartilhamento de experiências. Essa abordagem colaborativa fortalece o desenvolvimento profissional dos docentes, permitindo que eles aprimorem suas práticas pedagógicas inclusivas.

Mantoan (2003) reforça a importância da formação continuada para os professores da educação especial, afirmando que ela é essencial para o desenvolvimento das competências necessárias à inclusão escolar efetiva e à garantia dos direitos educacionais dos alunos com deficiência. A formação continuada oferece aos professores as ferramentas e estratégias pedagógicas necessárias para atender às necessidades individuais de cada aluno e promover seu pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

É fundamental que os professores da educação especial participem de programas de formação continuada, cursos, oficinas e outras atividades que promovam a reflexão sobre práticas pedagógicas inclusivas e forneçam recursos e estratégias para o trabalho com alunos com deficiência. Dessa forma, os docentes estarão capacitados para oferecer um ensino inclusivo de qualidade, atendendo às especificidades de cada aluno e garantindo seu direito à educação. Portanto, a formação continuada dos professores da educação especial desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade inclusiva e na promoção do pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência.

A Educação Inclusiva é muito mais do que uma abordagem educacional específica para um determinado grupo de alunos. Trata-se de uma atitude e um compromisso político e ético com todos os estudantes e suas diferenças (Mantoan, 2003). No contexto do Estado de Goiás, essa abordagem ganha uma relevância ainda maior, pois está diretamente relacionada à promoção da inclusão social e ao desenvolvimento regional sustentável.

O desenvolvimento regional é impulsionado por diversos fatores, e a educação ocupa um papel fundamental nesse processo. Através da educação, é possível preparar indivíduos, formar cidadãos e transformar comunidades inteiras (Hallinger, 2005).

O Brasil, por meio do Ministério da Educação (MEC), tem buscado fomentar a Educação Inclusiva por meio de políticas públicas específicas, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Em Goiás, pesquisadores têm se debruçado sobre o tema, buscando compreender os avanços e desafios das políticas de Educação Inclusiva no Estado (Guimarães, 2019).

Contudo, para que a Educação Inclusiva seja efetiva, a formação de professores é um dos elementos-chave. É necessário que os educadores estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula e para oferecer um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os alunos. Como Paulo Freire afirmou, a educação tem o dever de possibilitar o acesso ao conhecimento e de tornar a sociedade mais justa e igualitária (Freire, 1970).

A formação de professores deve abranger conhecimentos sobre a diversidade, metodologias inclusivas e o trabalho em equipe, a fim de promover um ambiente

educacional mais acolhedor e respeitoso (Ferreira, 2014). Através dessa formação adequada, os professores estarão preparados para enfrentar os desafios da Educação Inclusiva e contribuir para o desenvolvimento social e econômico de Goiás.

Fica evidente, portanto, que a Educação Inclusiva é um elemento essencial para o desenvolvimento regional e social de Goiás. As políticas públicas, aliadas à formação de professores, são fundamentais para garantir o acesso, a participação e o aprendizado de todos os estudantes, transformando a educação em uma ferramenta poderosa para promover a inclusão social e o desenvolvimento regional sustentável.

#### **4 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, investigamos o papel da formação de professores como um elemento essencial nesse processo, reconhecendo que educadores desempenham um papel crucial na criação de ambientes educacionais acolhedores e inclusivos.

Através da análise documental que orienta a Educação Inclusiva no Brasil e em Goiás, a formação de professores surge como um dos principais pilares para garantir que essa abordagem seja efetivamente implementada nas escolas e alcance resultados positivos.

Ao longo do estudo percebe-se avanços e desafios enfrentados na implementação das políticas públicas de Educação Inclusiva em Goiás. Políticas como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a capacitação de professores têm tido passos importantes, mas ainda há desafios a serem superados, como a garantia de recursos adequados e a superação de barreiras arquitetônicas e atitudinais.

Após análise documental, notamos que a Educação Inclusiva não é apenas uma meta educacional, mas também uma necessidade social com fortes “laços” para promover a inclusão social, valorizar a diversidade cultural e fortalecer a identidade regional de Goiás.

Portanto, espera-se que este estudo contribua para a conscientização sobre a importância da Educação Inclusiva no desenvolvimento regional do Estado de Goiás e inspire ações concretas que possibilitem a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Cruz de, CERQUEIRA, Laura. Inclusão social e diversidade cultural: um diálogo necessário para o desenvolvimento regional. **Revista Sociologia & Antropologia**, v. 8, n. 2, p. 481-496, 2018.
- ALMEIDA, Maria Isabel de. **Educação inclusiva no Brasil: o que dizem pesquisas recentes?** Brasília: UNESCO, 2019.
- BATISTA, Claudemir de Oliveira. **Desenvolvimento regional e políticas públicas: desafios para o desenvolvimento do semiárido brasileiro.** Salvador: EDUFBA, 2016.
- BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>, Acesso: jul. de 2023.
- BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso: jul. de 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.
- FACCI, M. G. et al. Formação de professores para a inclusão de alunos com deficiência na educação básica: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 25, n. 2, p. 249-262, 2019.
- FERREIRA, Alceu Ravello. A formação de professores para a educação inclusiva: reflexões sobre a prática docente. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 59, 2017.
- FERREIRA, Fábio Ribas. Educação inclusiva e formação de professores: reflexões sobre o contexto goiano. *In: Congresso Internacional de Educação e Inclusão*, 1., 2016, Goiânia. **Anais do I Congresso Internacional de Educação e Inclusão.** Goiânia: UFG, 2016.
- FERREIRA, Miriam Aparecida Bueno. A acessibilidade como ferramenta para a inclusão social e o desenvolvimento regional. **Revista Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 23, n. 2, p. 76-86, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREITAS, Maria Teresa de. Educação inclusiva: um estudo sobre a formação de professores em Goiás. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 44, n. 31, p. 63-83, jan./abr. 2013.
- GUIMARÃES, Cícero Ivan Ferreira. Políticas de Educação Inclusiva em Goiás: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 2, 2019.

HALLINGER, Philip. Leadership for learning: lessons from 40 years of empirical research. **Journal of Educational Administration**, v. 43, n. 5, p. 543-573, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=211748>. Acesso em: 08 maio 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2020**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2023.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Lígia Martins. Formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva: desafios e possibilidades. *In*: MARTINS, L. M. (Org.). **Educação especial e inclusão escolar: formação continuada de professores**. EDUEM. 2010.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. *In*: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006. p. 17-26.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenvolvimento Regional e Inclusão Social: Uma Análise da Política Pública de Economia Solidária em Goiás. **Revista Ciências Sociais e Interdisciplinaridades**, v. 6, n. 1, 2019, p. 55-72.

OLIVEIRA, Márcia Regina. A formação de professores para a educação inclusiva: reflexões sobre a prática docente. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 59, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015.

PERRENOUD, Philippe. **Formação contínua e professores: profissionalização ou regressão?** Artmed, 2002.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global-2019.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.